

# Orçamento: Ministérios, sem verba, podem parar

14 SET 1990

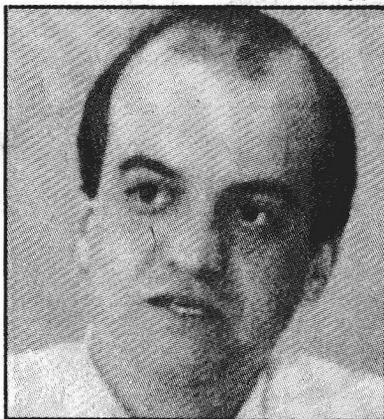
O GLOBO

6-9-90

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — Os Ministérios públicos começam, este mês, a enfrentar graves problemas para desempenhar suas funções, como consertar estradas, pagar bolsas de estudo, hospitais, atender problemas de calamidade pública e honrar os pagamentos das embaixadas no Exterior, porque o Congresso Nacional não aprovou a revisão dos valores orçamentários que autoriza o setor público a gastar sua receita. A proposta de revisão está com o Legislativo desde o início de julho, mas não foi aprovada por problemas de obstrução nas votações, segundo informou ao GLOBO Cláudio Forghieri, Diretor do Departamento de Orçamentos da União.

Forghieri se revelou muito preocupado com a grave situação diplomática criada pelos atrasos de pagamentos das despesas das embaixadas brasileiras no Exterior, verificados este mês. Disse que a atraso do Congresso está comprometendo as funções essenciais do Estado, porque falta recursos para o DNER consertar estradas; o Ministério do Trabalho pagar despesas cobertas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador; o Ministério da Educação pagar os bol-



Forghieri: País perde com o atraso

sistas no Brasil e no estrangeiro; o Ministério da Saúde pagar hospitais; o Ministério da Agricultura dar continuidade ao programa de irrigação; e para o Ministério da Ação Social atender problemas emergenciais gerado por calamidades públicas, programas habitacionais para a população de baixa renda e o atendimento à criança.

— É a Nação que está perdendo com este atraso — afirmou Forghieri, ao desejar que o Congresso aprove urgentemente a revisão orçamentária enviada pelo Executivo.

A revisão foi feita, porque as dotações previstas no orçamento original estavam calculadas com base nos preços de junho de 1989, corrigidos por uma inflação muito inferior à ocorrida até agora. A primeira providência do Governo Collor, ao assumir, foi atualizar as dotações para pessoal, que já foram aprovadas pelo Congresso (também em fase de esgotamento, porque a inflação zero embutida nos valores não se concretizou).

Na revisão orçamentária ainda não aprovada pelo Congresso, estão previstas dotações de Cr\$ 9 bilhões para o DNER consertar estradas; Cr\$ 70 bilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador; Cr\$ 4 bilhões para o ensino técnico financiado pelo MEC; Cr\$ 20 bilhões para o sistema de saúde; Cr\$ 5 bilhões para a irrigação; e Cr\$ 11,5 bilhões para a Ação Social pagar o programa de habitação popular, atendimento à criança e atendimento de emergência e calamidade pública. O Itamaraty estourou seu orçamento de Cr\$ 3 bilhões; as bolsas do CNPq consumiram praticamente toda a dotação de Cr\$ 4 bilhões e as Forças Armadas estão gastando os últimos cruzeiros da verba de Cr\$ 3,6 bilhões.